

Moratória pode ter acordo ainda hoje

Até o final da noite de ontem, Fernão Bracher discutia os detalhes finais.

MOISÉS RABINOVICH
Nosso correspondente

NOVA YORK — Um acordo para o fim da moratória brasileira estava sendo concluído, em Nova York, na noite de ontem, entre o comitê dos bancos credores e o enviado especial do Brasil, Fernão Bracher. A informação de que um acordo era iminente chegou a ser confirmada por algumas fontes dos bancos e dos governos brasileiro e norte-americano, sem a liberação de detalhes e com a advertência de que obstáculos ainda poderiam surgir, forçando uma nova reunião para hoje.

Às 7h30 da noite, Fernão Bracher começava uma exposição sobre a resposta brasileira à proposta escrita apresentada pelos Estados Unidos. Depois, os representantes dos 14 bancos do comitê que negocia em nome de mais de 600 credores, e os observadores de vários bancos centrais de governos envolvidos, fariam consultas, internas e externas, antes que uma decisão final fosse anunciada.

"Podemos ficar reunidos a noite toda", disse um dos banqueiros a **O Estado** e ao **JT**. "Este é o momento certo para um acordo", comentou um funcionário do governo americano, lembrando que ontem foi iniciada a reunião do Icerc, a comissão interagências que examina a dívida brasileira para decidir se a reclassifica como "valor depreciado".

A reunião do Icerc, que envolve seis funcionários do **Federal Reserve System**, da agência de controle da moeda e de uma corporação de seguros de depósitos, é totalmente sigilosa e vai até quinta-feira, podendo prolongar-se por dez dias. Um banqueiro comentou para o **Wall Street Journal** que "só um milagre impedirá o rebaixamento do Brasil", revelando-se muito pessimista.

A fórmula para o acordo seria a mesma antecipada por **O Estado** e o **JT** desde a semana passada, com os seus valores variando segundo a fon-

te de informações. Por ela, o Brasil depositaria uma parte dos juros devidos desde janeiro no Banco Internacional de Compensações, que é o banco central dos bancos centrais. Na Suíça, enquanto que os bancos credores, com ou sem alguma ajuda do governo americano, completariam o restante. Um valor muito mencionado é o de US\$ 668 milhões, relativos aos juros de fevereiro, março e abril. Os bancos entrariam com o restante, completando o total de US\$ 4,5 bilhões. Outro valor citado seria US\$ 1,5 bilhão, mas Fernão Bracher o descartou.

"Esta quantia não está sendo examinada", disse Fernão Bracher, admitindo, pela segunda vez, que um acordo estava recebendo os retoques finais, e mais importantes.

Ao entrar para a reunião com o comitê dos bancos, Fernão Bracher também nada quis adiantar, explicando que há várias soluções sendo discutidas, e que ele não poderia saber qual a que prevaleceria. A um repórter que insistiu sobre o valor da caução no banco suíço, que ele próprio chama de "custódia", respondeu: "O Brasil não fez nenhum depósito e, nas próximas horas, não há perspectivas de fazê-lo".

A fórmula para o acordo também garantiria o rescalonamento da dívida, sem estar definido se até 1989 ou se só até o final do ano que vem, e preservaria as linhas de crédito de curto prazo, comerciais e interbancárias, num valor de US\$ 15 bilhões.

O Brasil contribuiu com idéias para o texto final da fórmula e a devolveu, com algumas restrições, na sexta-feira, para o governo americano. Foi então que outro processo teve início, agora junto aos banqueiros. Eles tiveram intensas reuniões durante o fim de semana, e o que chegou a transpirar foi que estavam resistindo a um acordo. Um deles referiu-se à solução encontrada como "um acordo diplomático", e explicou: "O governo americano está apreensivo com a bolsa de valores. Uma crise desencadeada com a reclassificação do Brasil, neste momento, seria terrível, repercutindo muito negativamente no mercado. Veja bem: não se trata da bolsa. Trata-se de ter outro tremor na indústria bancária. Com isto, a bolsa poderia despencar outra vez".